

A venda da Vale

André Gustavo Stumpf

UB 23/02/97 31
7

O Brasil começa a funcionar, de fato, nesta semana. A convocação extraordinária do Congresso Nacional que resultou na aprovação da emenda da reeleição, na Câmara dos Deputados. Foi, em verdade, a continuação política do ano passado. O governo consolidou sua base de sustentação partidária num nível jamais imaginado até mesmo pelos mais otimistas. Elegeu os presidentes das duas casas e se prepara, agora, para enfrentar o denso cardápio das privatizações.

Há, em primeiro lugar, a questão das telecomunicações. Ao contrário do que se comenta em meios oficiais, o sistema brasileiro não é ruim, nem obsoleto. Ninguém pode brigar com a geografia. As telecomunicações no Brasil são de melhor nível, e maior confiabilidade, que a dos vizinhos sul-americanos. Comparar com os Estados Unidos é tolice. É a principal economia do mundo. Mas o negócio de venda das *teles* (empresas estatais de telecomunicação) é um dos mais impressionantes dos Ocidente.

É bom lembrar que nenhum país dispõe de um mercado tão grande, com tamanhas possibilidades e com vastas perspectivas de crescimento. Por essa razão, o presidente Fernando Henrique Cardoso é saudado como um herói no Velho Mundo, quando fala em privatizar o setor de telecomunicações. O mercado brasileiro vai abrir uma possibilidade não imaginada às empresas privadas multinacionais, que já não encontram espaços para crescer.

A questão é como fazer uma licitação que encontre preço justo e atribua ao brasileiro um sistema confiável.

Antes de existir a Telebrás, toda a telefonia brasileira era operada por empresas privadas estrangeiras. Era, e quem viveu a época vai se lembrar, uma porcaria monumental. Um simples telefonema do Rio de Janeiro para Niterói, que fica do outro lado da baía da Guanabara, significava a espera de várias horas. Era tudo muito difícil e caro. O simples fato de o sistema ser entregue à iniciativa privada não significa que ele vai funcionar bem.

Na Argentina privatizaram tudo. Dividiram o país entre uma empresa estatal espanhola e outra italiana. O preço dos serviços, que continuaram ruins, explodiu. Subiu mais de cem por cento e os benefícios foram nulos. Os argentinos estão, agora, descascando um tremendo abacaxi. As empresas querem novos aumentos, mas não oferecem melhores serviços. Em Buenos Aires é falta de educação utilizar o telefone na casa de um vizinho.

Há muitos exemplos de privatizações mal conduzidas. Os ingleses, ao contrário, forneceram exemplos favoráveis. Eles venderam algumas de suas empresas por intermédio de operações na Bolsa de Valores de Londres. Eles impuseram limites físicos para compra do lote de ações (ninguém pode comprar mais que um número de títulos da empresa). Ou seja, garantiram que a propriedade daquela estatal fosse pulverizada entre os cidadãos daquele país e por quem mais desejasse participar de um empreendimento capitalista.

A lição inglesa parece indicar um bom caminho. Aqui, ao contrário — sem entrar no mérito da discussão —, a privatização da Vale do Rio Doce, a maior empresa de mineração do

mundo, caminha para se transformar no ato simples de transferência do controle acionário do governo federal para um único grupo privado. jamais o governo e as empresas de consultoria vão chegar ao preço justo de venda dessa empresa. Ela vale tanto pelo que possui de equipamentos, tecnologia e bens, quanto pelo que ainda está por ser descoberto.

A Vale do Rio Doce começou a sua vida tirando o minério de Minas Gerais e o exportando para o exterior. Acabou com a montanha de Itabira, construiu um ótimo porto no Espírito Santo e passou a operar no Pará e no Maranhão. Lá perseguiu a mesma fórmula. Passou a explorar o minério de Carajás, construiu a melhor ferrovia do Brasil e levou seus produtos ao porto de Itaqui, no Maranhão, excepcional por sua profundidade.

Mas a Vale, além de descobrir ouro — a mais recente descoberta está estimada quinhentas toneladas —, possui enormes áreas de reflorestamento, trabalha com o meio ambiente e possui uma respeitável frota de marinha mercante. Tem operações extremamente rentáveis nos Estados Unidos e diversas *joint ventures* com empresas japonesas. Não há empresa, nesse segmento, que se compare à atuação extremamente positiva e lucrativa da Vale do Rio Doce.

Está na moda privatizar empresas estatais. A Vale é jóia da coroa. Cobiçada por todos. Ocorre que o governo brasileiro possui 51% do capital da empresa (é um pouco menos na verdade, algo entre 50 e 51%). Os outros 49% já estão nas mãos de particulares há muito tempo. Houve uma comissão parlamentar de inquérito

no Senado para apurar a denúncia de que a empresa teria sido privatizada à sorrelfa, nos anos 80. Esse percentual (um ou dois por cento) é muito pouco para que a privatização seja efetivada.

Transferir a empresa com todo o seu patrimônio para um grupo privado significará retirar dos brasileiros a possibilidade de participar do risco desse bom negócio. Se, de fato, os interesses de Estado determinam que a privatização da Vale é irrecusável, a vena deve privilegiar os nacionais. O exemplo inglês é perfeito. Vender, sim, mas não simplesmente transferir o controle acionário para um grupo privado.

A questão da venda da Vale é, portanto, a maneira como vai se efetuar a transação. A compra, pura e simples, da empresa por um ou dois grupos privados vai gerar, para todo o sempre, a desconfiança de que o negócio não alcançou o preço justo. E qual será o preço justo para uma empresa daquele porte? As empresas de consultoria me desculpem, mas nenhuma delas possui as credenciais necessárias para proceder à avaliação correta.

Há muito por ser vendido, em matéria de patrimônio estatal inútil e deficitário. A Vale não precisa ser a primeira da fila. Sobre ela deve pesar um julgamento equilibrado por sua importância no Brasil e no mundo. E os brasileiros não podem ficar alijados do negócio por decisão de alguns burocratas encarapitados nos seus gabinetes na Esplanada dos Ministérios. Neste ano de 1997, que começa nesta semana, a privatização será o assunto dominante.